

Informação do Sector Público:
Acesso, reutilização e
comercialização



24 de Novembro de 2004
Representação da Comissão
Europeia em Portugal

Informação Pública: Valor e Limites para as Organizações Cívicas e Solidárias

Dra. Teresa Salis Gomes (CIVITAS)



Informação Pública: Valor e Limites para as Organizações Cívicas e Solidárias

APDSI – 24 de Novembro de 2004



Gestão inconsistente dos pedidos de reutilização

Perante pedidos de reutilização da informação pública, verifica-se uma inconsistência na forma como vários organismos gerem um mesmo assunto:

- Quanto aos procedimentos a seguir pela entidade que solicita a informação;
- Quanto às posições assumidas pelo organismo público.



Necessidade de orientações sobre reutilização da informação

Importância da existência de orientações relativamente à reutilização de informações do sector público considerando a sua relevância para o trabalho desenvolvido pelas OCS no sentido da construção de uma sociedade coesiva e inclusiva.



A responsabilidade das OCS

Asseguram um serviço de interesse geral, um “bem público”, que o Estado não pode (ou não quer) assumir e que o Mercado menospreza por falta de rendibilidade.

Formas de intervenção

- Exercer capacidade de influência (fazer pressão, reivindicar);
- Resolver directamente numa parceria operacional com instâncias públicas.



A mais valia da informação pública para as OCS

- É exaustiva, estável, completa e fiável.

Com frequência,

- apresenta uma mais valia intelectual (a informação em bruto é objecto de sistematização, comentário, ...);
- Apresenta uma mais valia documental (a informação é seleccionada, compilada, classificada, ...).



Reutilizar informação para resolver os problemas quotidianos

Carrear informação em bruto ou tratada

MAS

O conhecimento directo dos públicos, dada a relação de proximidade, permite às OCS acrescentar valor à informação pública graças a um trabalho de pesquisa, selecção e tratamento da informação que tem em conta as necessidades dos seus destinatários.



Reutilizar informação pública para influenciar ou participar na decisão

Para poder actuar de forma responsável e como verdadeiros parceiros do Estado, as OCS necessitam de ter acesso a documentos vários – pedidos de autorização, relatórios, estudos preliminares, ...



Aspectos da informação pública por resolver

- A natureza ainda muito “seleccionada” da informação disponibilizada;
- A ausência de pluralismo do saber que caracteriza a informação disponível.



A natureza da informação pública disponível

- Falta de dados técnicos, económicos e socio-económicos e de investimento;
- Falta de informação de natureza financeira e orçamental;
- Falta de informação sobre projectos legislativos, planos e programas;
- Falta de dados sobre os resultados de medições e análises obrigatórias a determinados meios.



A natureza da informação pública disponível

- Constrangimentos político-administrativos e financeiros a condicionar o fornecimento da informação;
- Dificuldade de consulta de processos administrativos com resultados pouco claros do ponto de vista legal.



A natureza da informação pública disponível

Ao não disponibilizar muita da informação que pode dar origem a algum contencioso, o Estado está a pôr em causa a viabilidade do modelo de governação que tem vindo a defender e cria condições para que se consolide uma tendência para o simplicismo, a demagogia e o populismo na análise e solução dos problemas.



Duas ideias chave da governança

- A “responsabilidade partilhada” por todos os actores – a capacidade de solucionar os problemas de actores com interesses interdependentes, através de soluções negociadas;
- Todos os actores têm de ser igualmente competentes em relação à utilização da informação disponível e não pode haver restrições no que toca às possibilidades de participar no debate ou diálogo.



Ausência de pluralismo do saber

O Estado tem a responsabilidade política de organizar, para seu benefício e para o dos restantes actores, um pluralismo do saber especializado e construir espaços para que se manifestem publicamente opiniões especializadas (e não só) contraditórias.

A formação da opinião pública deve ser alimentada por contributos pluralistas.



O papel das OCS na produção de informação e a Directiva 2003/98/CE

Dois discursos – Duas lógicas

Não haverá um conflito entre o discurso presente na Directiva, por um lado, e a visão subjacente ao ideário da governança e da democracia participada, enunciado no Livro Branco da Governança da Comissão Europeia e nos documentos da OCDE?



O papel das OCS na produção de informação e a Directiva 2003/98/CE

Como se pode entender que:

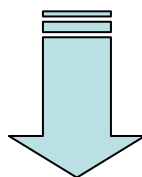
- a questão da reutilização da informação pública seja equacionada exclusivamente à luz do seu potencial económico e se ignore a sua importância para o contributo das OCS para a construção duma Europa coesiva e inclusiva?
- a questão da mais valia seja perspectivada à luz do valor do negócio gerado pelo mercado e se ignore a importância económica do trabalho voluntário?



O papel das OCS na produção de informação e a Directiva 2003/98/CE

Como se pode entender que:

- se atribua a exclusiva responsabilidade por conseguir produtos e serviços derivados da informação pública às empresas e ao mercado em geral, ignorando a responsabilidade social das OCS e o seu contributo nessa matéria?



Importa assumir publicamente o papel do terceiro sector e o seu contributo.



Sustentabilidade do contributo das OCS para a produção de informação com mais valia

Será de aplicar as mesmas condições de reutilização da informação para todos os actores?

- Problemas de financiamento das OCS
- Carência de recursos humanos estáveis

que dificultam o desenvolvimento de uma política sustentada de informação e de produção de informação.



Produzir informação é um acto de exercício de poder

As OCS levam a cabo um conjunto de actividades para definir, comunicar e fazer valer os seus próprios pontos de vista relativamente a questões de relevância pública e social.

Produzir informação própria é uma necessidade e um acto de exercício de poder. As OCS não podem ficar na dependência de informação produzida por outros, condenando-se a uma relação de subalternidade ou, na melhor das hipóteses, de dependência.



Produzir informação é um dever para a construção de uma opinião esclarecida

- As OCS devem contribuir para a opinião evolua dando lugar a um juízo, possibilitando para o efeito a troca de argumentos e o acesso a informação eventualmente contraditória;
- A construção duma opinião pública esclarecida constitui um contributo, se bem que intangível, das OCS enquanto actores responsáveis pela concretização duma boa governança.



Algumas conclusões

- Para que os responsáveis políticos sejam verdadeiramente responsáveis, é preciso que se dê aos cidadãos a possibilidade de eles próprios serem responsáveis.
- É necessário um novo equilíbrio do poder em matéria de informação. É necessário injectar no debate democrático o contributo do cidadão comum e dos peritos, construir hipóteses prospectivas e avaliá-las.
- A mudança de opinião assente no acesso a informação plural, longe de ser uma regressão, é uma manifestação de progresso na discussão democrática.